

**RECLAMAÇÃO Nº 39.029 - SP (2019/0297731-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**RECLAMANTE** : DANIELA SEGARRA ARCA  
**ADVOGADO** : DANIELA SEGARRA ARCA (EM CAUSA PRÓPRIA) -  
SP223685  
**RECLAMADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de Reclamação contra "decisão proferida em 21.03.2018, publicada em 28.03.2018, pelo Des. Presidente da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo Evaristo dos Santos, a qual negou seguimento ao Recurso Especial interposto pela ora reclamante. Bem como Agravo de Instrumento interposto, não tendo sido conhecido, com decisão monocrática proferida em 29.11.2018 e publicada em 04.12.18" (fl. 13, e-STJ).

Interposto Agravo Interno contra decisão da Presidência do STJ que não conheceu do Agravo em Recurso Especial, não foi ele conhecido, conforme acórdão abaixo ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA.

1. De acordo com o art. 1.021, § 1º, do CPC/2015 e a Súmula 182 do STJ, a parte deve infirmar, nas razões do agravo interno, todos os fundamentos da decisão atacada, sob pena de não ser conhecido o seu recurso.
2. Hipótese em que o recorrente não se desincumbiu do ônus de impugnar, de forma clara e objetiva, os motivos da decisão ora agravada.
3. Agravo interno não conhecido.

A parte reclamante aduz:

Tal decisão, todavia, merece reforma, sendo a autoridade nestes autos do E.Superior Tribunal de Justiça, pelas razões adiante expostas, visto haver questões que não foram enfrentadas, dentre elas, a inconstitucionalidade da multa prevista no art. 12 da LIA., no presente caso.

O Recurso Especial em questão foi interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a", da Constituição Federal, uma vez que o v. acórdão recorrido, outrora embargado, arguiu inconstitucionalidade da multa civil prevista no art. 12 da LIA, bem como a violação da lei federal.

No presente caso, ante a sendo contraditórias as decisões frente a legislação federal, mister se faz o recurso especial, razão pela qual se apresenta a Reclamação.

Por fim, requer:

a) que seja recebida a presente reclamação em recurso especial, requer-se seja conhecida e provida, determinando-se seu processamento, viabilizando, com isso, o conhecimento da matéria ali invocada;

b) A intimação do reclamado, nos termos do artigo 16 da Lei 8038/90;

c) O total provimento ao presente da presente reclamação que negou seguimento aos recursos especial;

d) evidenciado, que o v. Acórdão decidiu em total desconformidade com as regras constitucionais referidas, e demonstrados os pressupostos de admissibilidade do Recurso Especial aqui agitado, via Reclamação Constitucional, confia a Reclamante que será reformado o acórdão, a fim de admitir o recurso especial, e posteriormente conhecido e provido e que prospere o império da Constituição por ser de inteira.

**É o relatório.**

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 4.11.2019.

Nos termos do disposto nos arts. 105, I, "f", da CF/1988 e 187 do RISTJ, a Reclamação Constitucional, em razão de sua natureza excepcional, destina-se à preservação da competência deste Tribunal e à garantia da autoridade de seus julgados apenas quando objetivamente violados, não podendo servir como sucedâneo recursal para discutir o teor da decisão impugnada.

Conforme estabelecido no art. 988, § 2º, do CPC, a reclamação deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao presidente do tribunal.

De uma análise detida do feito, verifica-se que a parte reclamante não instruiu seu pedido com a documentação necessária a demonstrar a afronta à autoridade das decisões desta Corte, inexistindo nos autos tanto o ato judicial emanado do Tribunal de origem quanto o julgado deste Sodalício.

Tal realidade impede a análise da tese sustentada na presente Reclamação. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO. INSTRUÇÃO. PROVA DOCUMENTAL. NECESSIDADE. ART. 988, § 2º, DO CPC/2015. UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. DESCABIMENTO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Em conformidade com os princípios da fungibilidade e da economia processual e tendo em vista que o pedido de reconsideração não consta do rol de recursos do art. 994 do NCPC, é possível o recebimento pedido de reconsideração como agravo interno. (RCD no AREsp 886.650/SP, Rel.

Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 25/05/2016).

2. O art. 988, § 2º, do NCPC exige a instrução da petição inicial da reclamação com todos os documentos indispensáveis à propositura da ação. Assim, o pedido inicial deverá ser instruído com documentos capazes de comprovar as alegações da parte reclamante.

3. "O cabimento da reclamação calcada na garantia da autoridade das decisões do tribunal (art. 988, II, CPC/2015) surge por ocasião de eventual descumprimento de ordens emanadas desta Corte aplicáveis especificamente para o caso concreto, não sendo esta a hipótese retrata nos autos". (AgInt na Rcl 32.938/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/02/2017, DJe 07/03/2017).

4. A reclamação não é passível de utilização como sucedâneo recursal, com vistas a discutir o teor da decisão hostilizada.

5. Pedido de reconsideração recebido como agravo interno, a qual se nega provimento. (RCD nos EDcl na PET na Rcl n. 32.221/DF, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/5/2017, DJe 25/5/2017.)

Na mesma linha de entendimento:

PROCESSO CIVIL. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. PETIÇÃO INICIAL. NÃO APRESENTAÇÃO DE CÓPIA DO INTEIRO TEOR DA DECISÃO RECLAMADA.

1. A reclamação, tal como concebida nos arts. 105, I, "f", da Constituição Federal e 187 do RISTJ, é medida de caráter restrito destinada a preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade das suas decisões.

2. O pedido inicial deverá ser instruído com documentos capazes de comprovar as alegações do reclamante.

3. Petição inicial indeferida. Processo extinto sem resolução do mérito. (Rcl n. 9.395/DF, Relator Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/8/2016, DJe 22/8/2016.)

Repisa-se que, como ressaltou a Corte Especial por ocasião do julgamento do AgRg na Rcl 29.329/MS (Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 3/8/2016), a Reclamação é cabível para assegurar-se que ordens diretas emanadas do STJ não sejam descumpridas nas instâncias ordinárias, de forma que não se admite o manejo desta ação com o simples intuito de reexame de questões já decididas no Tribunal local.

Nesses termos, tendo em vista que, na hipótese dos autos, a decisão apontada pela parte Reclamante é do órgão julgador do próprio Superior Tribunal de Justiça, em que se pretende discutir decisão proferida pela Primeira Turma, nos autos do AREsp 1.403.518/SP, não prospera a presente Reclamação.

Assim, como dito, a Reclamação não pode ser utilizada como

# *Superior Tribunal de Justiça*

sucedâneo recursal ou como medida de proteção contra violação pelo STJ dos seus próprios julgados.

Por todo o exposto, **indefiro a petição inicial e, em consequência, julgo extinta a Reclamação, sem exame de mérito, com fundamento no art. 34, XVIII, "a", do RISTJ.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator